

**UNIVERSIDAD NACIONAL DE ITAPUA**

**III SEMINARIO INTERNACIONAL DE LOS ESPACIOS DE FRONTERA (III GEOFRONTERA)**

# *Integración: Cooperación y Conflictos*

# III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DOS ESPAÇOS DE FRONTEIRA (III GEOFRONTEIRA)

# *Integração: Cooperação e Conflito*

EJE 3: MOVIMIENTOS SOCIALES Y CONFLICTOS EN LA FRONTERA

**A COMPREENSÃO DA POPULACÃO NÃO-ÍNDIGENA DO MUNICIPIO DE GUAÍRA SOBRE A LUTA DOS INDÍGENAS GUARANI**

Cintía Pires Inéia[[1]](#footnote-1)

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

[cipires.geo@gmail.com](mailto:cipires.geo@gmail.com)

**INTRODUÇÃO**

A proposta de trabalho se inscreve no conjunto de estudos sobre a resistência e luta indígena guarani. Foi delimitado como área de estudo o município de Guaíra (PR), município limítrofe a Salto Del Guairá Paraguai, onde constatamos vários indicadores de conflitos para a demarcação de terras indígenas, razão que explica a escolha do recorte espacial. O recorte temporal vai de meados da década de 1950 aos dias atuais, período em que se verificam conflitos ligados a terras indígenas.

Os indígenas estão presentes na região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, mesmo antes da chegada dos europeus ao continente americano no século XVI. A partir deste momento instalou-se um contexto de conflitos, principalmente pela posse da terra, nesta região de fronteira que está presente até os dias atuais. Este é o caso dos conflitos existentes no município de Guaíra/PR, envolvendo de um lado, os indígenas guaranis, e de outro, os proprietários fundiários e agricultores que ocuparam as terras no processo de expansão das frentes colonizadoras em meados do século XX. Atualmente esse conflito se expressa, principalmente, no desencontro entre a concepção e organização produtiva não capitalista dos indígenas e do agronegócio, essencialmente capitalista.

Guaíra é um município com 32.394 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2014) que possui aproximadamente 3.000 indígenas da etnia Guarani Nhandeva. Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (Fundação Nacional do Índio), existem no município 8 aldeamentos indígenas resultante de ocupações de áreas públicas e privadas. Se num primeiro momento de avanço da frente colonizadora, na década de 1950, muitos indígenas foram expulsos, deslocando-se para outras áreas (Mato Grosso do Sul e Paraguai, principalmente), atualmente eles estão retornando para retomar terras que lhe pertenceram no passado. Acrescenta-se à este processo de expulsão de indígenas do seu território, a construção da Hidrelétrica e formação do Lago de Itaipu. Mas, observa-se também que muito indígenas não migraram para outras regiões e permanecem em Guaíra desde tempo distante.

O número de indígenas que está retornando à Guaíra tem aumentado, desdobrando-se na necessidade de demarcação de terras, que segundo eles, pertencem aos seus antepassados. Não é raro encontrar sítios arqueológicos na região, principalmente, na região da Foz do Rio Piquiri, denominado “Cidade Real”. A FUNAI, presente em Guaíra desde 2010, está buscando meios para atendimentos emergenciais e viabilizar a demarcação de uma área para “assentar” os indígenas da região Oeste do Paraná. Entretanto, a organização dos indígenas num Movimento Social importante para reconquista do seu território em Guaíra, tem provocado a forte oposição dos segmentos proprietários, tanto rurais como urbano, bem como seus apoiadores, como os meios de comunicação, por exemplo.

O contexto de expulsão dos indígenas de suas terras em Guaíra foi acompanhado de um conjunto de perdas territoriais. Este o caso de perda de costumes, tradições, saberes, enfim, perda de seu modo de vida e organização produtiva. Sendo assim, o fato dos indígenas terem perdido seu território implica na perda de sua identidade Guarani, pois cada vez mais o índio se afasta de suas raízes e tradições, assumindo costumes e vícios que a sociedade capitalista lhe impõe. Afasta-se também porque a cultura e a organização produtiva dos indígenas têm dificuldade de ser aceita e se reproduzir na sociedade organizada a partir do modo de produção capitalista. Essa negação do território com desdobramentos identitários, inclusive, se traduz em forte preconceito contra os indígenas.

Mas, a conquista do território dos indígenas, expresso, sobretudo na terra, poderá implicar na manutenção e reconquista também da sua identidade. A partir dessa compreensão, os indígenas de Guaíra estão organizados para reconquistar seu território, que implica também a conquista e reafirmação da sua identidade que foi sendo erodida no processo de expansão das relações capitalistas, expressa, principalmente, na agricultura de negócio, o agronegócio, no Oeste do Paraná.

Nesse sentido, evidencia-se na presença, bem como no conflito instalado, um sentido territorial. A concepção mais comum de território está relacionada ao estabelecimento de poder sobre o espaço, ou seja, se o espaço, neste caso, é apropriado e controlado pelos indígenas ou pelos agricultores e proprietários fundiários.

A apropriação de um pedaço do espaço pelos indígenas com a demarcação de uma área de terra poderá contribuir para o fortalecimento da identidade indígena. A identidade indígena que vem sendo dispersa, poderá ser recuperada ou mantida com a conquista do território. Mas, uma possível demarcação é duramente combatida pelos setores proprietários.

Portando, serão destacados nesta pesquisa, os costumes, saberes, conhecimentos, relações, organização produtiva dos indígenas que estão sendo perdidos com a perda do território. Desde o processo de colonização, os indígenas foram obrigados e desligarem-se dessas áreas, mudando-se para o interior, próximos a riachos de água doce e rios; eram exímios atiradores com arco e flecha, entre outros. No entanto, a vida do indígena não é somente de perda, pois neste processo estão aprendendo a se organizar e lutar por direitos. Acrescentam-se também os costumes, saberes, conhecimentos, relações e organização produtiva que não foram erodidos como: a religião sendo fortemente valorizada nas aldeias; produção de artesanatos; mantém parcialmente a medicina tradicional indígena; a língua guarani; cultivam alimentos, entre outros.

Partindo destes relatos, a opinião da população guairense mediante aos conflitos por terra será de extrema relevância para a construção deste trabalho.

**DESENVOLVIMENTO**

De acordo com Serra (2010), para entender as razões e desvendar a origem dos conflitos rurais no Paraná, é preciso compreender como a terra foi repartida e apropriada no Estado, antes mesmo da sua emancipação política. No decorrer da história agrária paranaense, o acesso à terra foi privilegio de minorias.

O oeste paranaense é confirmado historicamente como território indígena, notadamente dos Guaranis. Os indivíduos pertencentes ao grupo guarani sofrem constantemente por meio de condenações da sociedade não indígena. Estas condenações estão relacionadas ao território e a identidade cultural deste grupo.

Santos (2009) diz que as lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil, ou seja, os conflitos sociais no campo não são algo que se restringem apenas ao nosso tempo. As ocupações realizadas pelos movimentos são ações de resistência em oposição aos latifundiários e exploração exacerbada. Estas são formas atuais de retomar a luta histórica pela conquista da terra, trabalho e condições mais dignas de sobrevivência.

Santos ressalta ainda que na formação do Brasil, as lutas de resistência tiveram início com a chegada dos colonizadores europeus, ou seja, há mais de 514 anos. Os povos indígenas resistiram a matança pelo homem branco, dando início desta forma, a luta contra o cativeiro e o aprisionamento da posse da terra, contra toda forma de opressão e exclusão. Portanto, são cinco séculos de luta contra o latifúndio e de conflitos de negros, indígenas, posseiros, trabalhadores contra as elites do país.

De acordo com Fabrini e Roos (2014) a desigualdade nas distribuições de terra no Brasil, juntamente com as transformações recentes que originam as expropriação e expulsão de muitos trabalhadores do campo, com forte reação no final da década de1970, com atuação dos movimentos sociais no campo.

Baines (2000) diz que de acordo com a Constituição Federal do Brasil de 1988, a questão de terras indígenas torna-se parte dos problemas fundiários do Brasil, pois, o artigo 231 garante aos indígenas “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”. Estes direitos independem da existência da demarcação ou qualquer reconhecimento formal das suas terras por parte do Estado. Os direitos dos indígenas são originados da sua conexão sociocultural com povos pré-colombianos.

Segundo Oliveira (2013), estes indígenas pertencem a etnologia Guarani Nhandeva. Portanto, a terminologia índio, popularmente usada é um grande e errôneo hábito, algo forjado desde a “descoberta” do Brasil. Como sabemos, os indígenas foram os primeiros habitantes do território brasileiro. Possuem costumes, hábitos e línguas diferentes dos nossos.

Ou seja a palavra índio, em seu uso mais geral e cotidiano, cristalizado no senso comum, constitui um indicativo de um estado cultural, claramente manifestado pelos termos, que em diferentes contexto o podem vir a substituir – silvícola, aborígine, selvagem, primitivo, entre outros. Todos carregados com um denotativo de morador das matas, de vinculação com a natureza, de ausência dos benefícios da civilização, possuidor de uma cultura rudimentar, pouco evoluída, característico dos primórdios da nossa humanidade. (LADEIRA, 2002, p.4)

Quando fala-se em identidade, logo pensamos nas características que definem um indivíduo, como um conjunto de vínculos ligados a nação, classe social, idade, etc. Por meio dessas características pode-se localizar um indivíduo no espaço em que vive.

Desta forma, Claval ressalta que:

Quando as populações encontram-se separadas da massa de seu povo pelo acaso migrações, das guerras ou de perseguições, é grande a dificuldade para a manutenção de suas tradições. (CLAVAL, 2001, p.181)

Ao longo do tempo, a identidade guarani recebeu mudanças em seu processo de construção, por meio da atuação da interculturalidade. Neste contexto, a interculturalidade está ligada ao período das missões jesuíticas que duraram cerca de 100 anos. Diversos costumes foram inseridos na cultura guarani, alterando desta forma, o modo de vida destes que, passaram a reproduzir costumes europeus.

A identidade de um povo indígena não é estagnada, ou seja, “morta” pois está em constante evolução. Assim, deve ficar claro que a identidade guarani é dinâmica, pois, se transforma e se movimenta. Entretanto, para a manutenção e preservação desta identidade, é necessária a garantia de um território adequado a este grupo.

Ou seja:

A Terra, como base, é o advento do sujeito, fundamento de toda a consciência a despertar a si mesma; anterior à toda objetivação, ela se mescla a toda tomada de consciência, ela é para o homem aquilo que ele surge no ser, aquilo sobre o qual ele erige todas as suas obras, o solo de seu hábitat, os materiais de sua casa, o objeto de seu penar, aquilo a que ele adapta sua preocupação de construir e de erigir. (DARDEL, 2011, p. 41)

A terra (motivo dos conflitos) possui significado diferente para os indígenas, pois, é a base para a existência, mantém viva a cultura, tradição, sustento e a manutenção da identidade indígena.

(...) o espaço terrestre aparece como a condição de realização de toda realidade histórica, que lhe dá corpo e assinala a cada existente o seu lugar. É a Terra que, podemos dizer, estabiliza a existência. (...) A Terra é, por excelência, para o homem, como destino, a circunstância (circumstare), aquilo que se ergue à sua volta e mantém sua presença como engajamento no Ser. (DARDEL, 2011, p. 43)

Segundo Deprá (2006) na concepção guarani terra não se traduz apenas em aldeia, mas sim, em lugar para viver, ou seja, “*tekohá*”. A terra é também subsistência espiritual e identidade. Nota-se a importância do significado de território, tendo em vista a materialidade da terra como fornecedora da base para manter a vida física, bem como oportunidade de manter viva a identidade. Sendo assim, a identidade guarani poderá ser mantida na aldeia, que por consequência é necessário manter o território.

Segundo Ramos (1986) na tentativa de caracterizar as sociedades indígenas, podemos correr o risco de generalizar uma cultura que é amplamente diversificada, ou seja, não podem existir duas sociedades indígenas iguais. Mesmo ocupando espaços parecidos, cada uma mantém seus costumes próprios que não podem ser comparados com a outra. São diversas as diferenças entre indígenas e populações em que estão inseridos, pois são oriundas de processos de formação distintos. Não é possível fazer um paralelo entre ambas, ou seja, estas sociedades indígenas possuem modos de produção, formas de resistência, religião e matrimônio totalmente diferenciados.

Para os “índios”, a terra possui significado que não se assemelha a propriedade privada ou individual. A terra é vista como um suporte da vida, ligada ao conhecimento e as crenças, ou seja, não é apenas um simples meio de sustento. Ramos (1986) ressalta que, a terra não é apenas um recurso cultural, mas um recurso sociocultural.

[...] “Tekoha” é imprescindível para sua sobrevivência física e, de modo especial, também, cultural, dado que tekoha significa espaço, lugar (ha) possível para o modo de ser e de viver (teko). A mesma palavra aglutina dois conceitos fundamentais: vida e lugar. Devido às agressões ao meio ambiente e ao processo de espoliação de suas terras, os Kaiowá e Guarani têm encontrado crescentes dificuldades para a vida em aldeia. (COLMAN; BRAND, 2008, p.160)

Por fim, torna-se essencial manter o território, pois, é por meio deste que o guarani trocará experiências e práticas, prosseguindo com seu modo de viver e ser, reconhecendo-se como indivíduo pertencente a um grupo, e assim, mantendo sua identidade.

Nesse contexto, busca-se compreender o modo de pensar da população guairense na luta indígena, ou seja, conflitos que estes guaranis têm vivenciado no município de Guaíra-Pr. Assim, o trabalho proposto visa a investigar, estudar, compreender a opinião dos guairenses em relação a resistência deste povo que busca reconquistar seu território. O território possui um conceito polissêmico, segundo o geógrafo francês Bonnemaison (1981), o território é um espaço que prende as populações e grupos étnicos, uma dimensão simbólica e cultural, onde se enraízam seus valores e se reforça sua identidade.

**CONSIDERAÇÒES FINAIS**

Este trabalho é fruto de uma pesquisa que se propõe abordar a compreensão que a população não-índia do município de Guaíra possui sobre a lutas dos indígenas nesse município. Essa compreensão é forjada no contexto de conflitos entre diferentes modos de vida, organização produtiva, cultura e costumes, enfim, diferentes relações sociais de produção entre os indígenas e população não-índia. A compreensão da população sobre a lutas dos indígenas está marcada por um conjunto de estereótipos e preconceitos forjados nesse contexto de conflitos entre tais relações sociais de produção.

Assim, justifica-se a abordagem sobre o tema porque a sua compreensão poderá contribuir na superação de compreensões de fundo preconceituoso reproduzidas pela população, sobretudo urbana, do município. Acrescenta-se a necessidade de realização desse estudo poderá apontar caminhos para a convivência entre diferentes, nesse caso, diferenças entre população indígena e não-indígena.

Esta pesquisa poderá subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas, sobretudo municipais, as populações indígenas. Observa-se entre os órgãos públicos da esfera municipal são carentes de conhecimentos mais elaborados e sistematizado sobre a problemática indígena do município. Nesse sentido, a pesquisa servirá para que órgãos públicos possa atuar no sentido de contribuir na solução do problema indígenas em Guaíra.

Entretanto, observa-se que a carências dos indígenas de Guaíra não são apenas de políticas públicas, mas sobretudo demandas de caráter estrutura, pois sua necessidade principal é a terra, da qual foram expulsos em passado recente no processo de colonização. Assim, o estudo poderá contribuir ainda proporcionando conhecimentos aos sujeitos envolvidos no processo de luta para em que os indígenas possam conquistar o seu território. Acrescenta-se que compreender é uma necessidade para conhecer a difíceis condições de vida dos indígenas de Guaíra que não tem seus mínimos direitos básicos garantidos, ou seja, faltam-lhe não apenas terra, mas condições mínimas de sobrevivência como moradia, saneamento, escola, etc.

Por fim a pesquisa poderá proporcionar conhecimento que possa contribuir para solução dos conflitos e problemas dos indígenas, dos quais se destaca a terra.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BONNEMAISON, J. Voyage autor du territoire. **L’Espace géographique**. Paris: L’Armatan, 1981.

CLAVAL, P. **Geografia Cultural**. 2. Ed. Florianópolis.Editora da UFSC, 2001.

COLMAN, R.S; BRAND, A.J. **Considerações sobre Território para os Kaiowá e Guarani.** Tellus, ano 8, n. 15, Campo Grande, p. 153-174, 2008.

DARDEL, E. **O homem e a terra: Natureza da realidade geográfica**. São Paulo, Perspectiva, 2011.

DEPRÀ, Giseli. **O lago de Itaipú e a luta dos avá-guarani pela terra**: representações na imprensa do Oeste do Paraná (1976-2000). 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2006.

GREGORY, V., SCHALLENBERGER, E. **Guaíra, um mundo de águas e histórias.** 1. ed. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2008.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.

KERN, A. A. **Antecedentes Indígenas.** 2. ed. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade, 1994.

LADEIRA, M. E. **Conceitos da Antropologia que devem fundamentar um trabalho com populações indígenas.**Centro de trabalho indigenista- CTI, 2002.

MARTINS, S. J. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 1. ed. São Paulo: Copyright, 2009.

\_\_\_\_\_. **A chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

NIEMEYER, M. A., GODOI, P. E. **Além dos territórios**. Campinas: Mercado de letras, 1998.

OLIVEIRA, D. **Você vai entender porque o Guarano tá vivo até hoje aqui nessa fronteira**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

RAMOS, R. A. **Sociedades Indígenas**. [S.I :S.n] Editora Ática.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

RIBEIRO, S.I.G.T. **Fronteira e Espacialidade: O caso dos guaranis no oeste do Paraná.** Revista Varia e Scientia. v.6, n.12,p. 171-192, 2006.

SCHALLENBERGER, E. **O Guairá e o espaço missioneiro**. [S.I.,20--] Coluna do saber.

SERRA, E. **Conflitos rurais no Paraná: como foi que tudo começou**. Bol.geogr.,Maringá, v.28, n.1, p. 75-89, 2010.

SUESS, P. **Em defesa dos povos indígenas**. São Paulo: Edições Loyola, 1980.

# Estudo sobre a questão agrária e a luta pela terra no Brasil . http://www.mst.org.br/node/6477. Acesso em 21/11/2014

http://www.revistas.ufg.br/index. php/historia/article/view/10567/7030. Acesso em 21/11/2014.

1. Acadêmica de Licenciatura em Geografia na Unioeste- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Marechal Cândido Rondon. Integrante do Grupo GEOLUTAS. Bolsista do CNPQ, Projeto “A COMPREENSÃO DA POPULACÃO NÃO-ÍNDIGENA DO MUNICIPIO DE GUAÍRA SOBRE A LUTA DOS INDÍGENAS GUARANI [↑](#footnote-ref-1)